

**PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS PARA CRIANÇAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: desafios e possibilidades na
educação básica**

**Inclusive Educational Practices for Children with Autism Spectrum Disorder:
Challenges and Possibilities in Basic Education**

**Prácticas educativas inclusivas para niños con trastorno del espectro autista: desafíos y
posibilidades en la educación básica.**

Mônica Benedita Pinto da Silva¹,

1 Mônica Benedita Pinto da Silva. Mestranda em Ciências da Educação em Educação Cristã. Christian College of Educaler. E-mail: monicapmi@hotmail.com

Resumo

Este estudo tem como objetivo investigar práticas e estratégias que promovem uma inclusão efetiva e significativa. O presente estudo tem como tema Práticas Educacionais Inclusivas para crianças com Transtorno do Espectro Autista e os desafios e possibilidades na educação básica. Justifica-se pela importância de estudos que investiguem as práticas educacionais inclusivas voltadas a crianças com TEA, especialmente no contexto da educação básica. E traz como problemática, como colaborar positivamente com os desafios enfrentados pelos professores e pelas instituições, bem como identificar estratégias que têm se mostrado eficazes para o avanço da inclusão no país? O TEA, caracterizado por dificuldades na comunicação e interação social, requer práticas educacionais que respeitem as especificidades dos alunos, garantindo seus direitos. O artigo propõe uma abordagem de natureza teórica e qualitativa. Utiliza o método de revisão integrativa, que permite sintetizar estudos anteriores e gerar uma nova compreensão sobre os desafios da inclusão de alunos com TEA. Entre os desafios mais recorrentes identificados, destaca-se a formação docente. A ausência de preparo adequado, tanto na formação inicial quanto na continuada, limita a atuação dos professores frente às demandas da inclusão.

Palavras-chave: TEA. Inclusão. Educação. Equidade. Políticas Públicas Educacionais.

Abstract

This study aims to investigate practices and strategies that promote effective and meaningful inclusion. The present study focuses on Inclusive Educational Practices for children with Autism Spectrum Disorder and the challenges and possibilities in basic education. It is justified by the importance of studies that investigate inclusive educational practices aimed at children with ASD, especially in the context of basic education. The research problem is how to positively contribute to the challenges faced by teachers and institutions, as well as identify strategies that have proven effective in advancing inclusion in the country. ASD, characterized by difficulties in communication and social interaction, requires educational practices that respect the specificities of students, guaranteeing their rights. The article proposes a theoretical and qualitative approach. It uses the integrative review method, which allows for the synthesis of previous studies and generates a new understanding of the challenges of

including students with ASD. Among the most recurring challenges identified, teacher training stands out. The lack of adequate preparation, both in initial and continuing education, limits teachers' performance in the face of the demands of inclusion.

Keywords: ASD. Inclusion. Education. Equity. Public Educational Policies

Resumen

Este estudio tiene como objetivo investigar prácticas y estrategias que promuevan una inclusión efectiva y significativa. El presente estudio se centra en las prácticas educativas inclusivas para niños con trastorno del espectro autista (TEA) y los desafíos y posibilidades en la educación básica. Se justifica por la importancia de los estudios que investigan prácticas educativas inclusivas dirigidas a niños con TEA, especialmente en el contexto de la educación básica. El problema de investigación es cómo contribuir positivamente a los desafíos que enfrentan los docentes y las instituciones, así como identificar estrategias que han demostrado ser efectivas para promover la inclusión en el país. El TEA, caracterizado por dificultades en la comunicación y la interacción social, requiere prácticas educativas que respeten las especificidades de los estudiantes, garantizando sus derechos. El artículo propone un enfoque teórico y cualitativo. Utiliza el método de revisión integradora, que permite la síntesis de estudios previos y genera una nueva comprensión de los desafíos de la inclusión de estudiantes con TEA. Entre los desafíos más recurrentes identificados, destaca la formación docente. La falta de preparación adecuada, tanto en la formación inicial como en la continua, limita el desempeño de los docentes ante las exigencias de la inclusión.

Palabras clave: Trastorno del espectro autista (TEA). Inclusión. Educación. Equidad. Políticas públicas educativas.

1 INTRODUÇÃO

A matrícula de crianças com (TEA) cresceu significativamente no Brasil, isso evidencia a necessidade de um ensino adaptado e inclusivo. O TEA é caracterizado pela dificuldade em se relacionar e se comunicar no meio social, juntamente com padrões restritos de comportamento. O presente estudo tem como tema: Práticas Educacionais Inclusivas para crianças com Transtorno do Espectro Autista: desafios e possibilidades na educação básica. As escolas podem promover uma aprendizagem significativa para esses alunos, respeitando suas especificidades e garantindo seus direitos. A educação inclusiva tem se consolidado, nas últimas décadas, como um dos pilares fundamentais para uma estruturação social, sólida, digna, equitativa e democrática. No contexto brasileiro, esse movimento ganha força especialmente a partir da ampliação de marcos legais e políticas públicas que asseguram o direito de todos à educação, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais. Nesse cenário, destaca-se a necessidade de refletir sobre as práticas educacionais voltadas às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cuja presença nas escolas regulares tem se tornado cada vez mais significativa, exigindo novas formas de organização pedagógica e institucional.

O TEA é caracterizado por alterações no desenvolvimento da comunicação, da interação social e do comportamento, manifestando-se de maneira heterogênea em cada indivíduo. Essa variabilidade implica desafios específicos no contexto escolar, uma vez que as demandas desses estudantes nem sempre são contempladas por modelos pedagógicos tradicionais, frequentemente baseados na homogeneização do ensino. Assim, pensar a inclusão de crianças com TEA na educação básica requer uma mudança de paradigma, que ultrapasse a lógica da adaptação pontual e avance em direção à transformação estrutural da escola.

No Brasil, avanços significativos podem ser observados no campo normativo, como a consolidação de direitos por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, (Brasil, 2015). Esses instrumentos legais reafirmam o compromisso do Estado com a inclusão, estabelecendo diretrizes para o atendimento educacional especializado e a garantia de acessibilidade no ensino regular. No entanto, a existência de tais dispositivos não assegura, por si só, a efetivação de práticas inclusivas no cotidiano escolar, evidenciando a necessidade de investigações que analisem como essas diretrizes são implementadas na prática.

A presença de crianças com TEA nas salas de aula comuns desafia os sistemas educacionais a repensarem suas práticas pedagógicas, suas formas de avaliação e suas concepções de ensino e aprendizagem. A inclusão, nesse contexto, não pode ser entendida apenas como um processo de inserção física, mas como um compromisso com a participação efetiva e o desenvolvimento integral do aluno. Isso implica reconhecer a diversidade como um valor e não como um obstáculo, promovendo estratégias que respeitem as singularidades e potencializem as capacidades de cada estudante.

Nesse sentido, as práticas educacionais inclusivas assumem papel central, pois são elas que materializam, no cotidiano da sala de aula, os princípios da inclusão. Tais práticas envolvem desde a adaptação de conteúdos e metodologias até a criação de ambientes acolhedores e acessíveis, que favoreçam a aprendizagem e a interação social. Para crianças com TEA, estratégias como o uso de recursos visuais, a estruturação de rotinas e a mediação intencional das interações são frequentemente apontadas como eficazes, mas, sua aplicação depende de fatores como formação docente, disponibilidade de recursos e apoio institucional. A formação de professores, aliás, constitui um dos principais desafios para a efetivação da educação inclusiva. Muitos docentes relatam dificuldades em lidar com as especificidades do TEA, especialmente no que se refere ao manejo de comportamentos e à adaptação curricular. Isso

revela lacunas na formação inicial e na oferta de formação continuada, indicando a necessidade de políticas educacionais que priorizem a capacitação docente como elemento estratégico para a inclusão. Além disso, a estrutura das escolas e as condições de trabalho dos professores também influenciam diretamente a qualidade das práticas inclusivas. Turmas numerosas, falta de recursos pedagógicos e ausência de profissionais de apoio são fatores que dificultam a implementação de estratégias individualizadas, essenciais para o atendimento de alunos com TEA. Dessa forma, a inclusão não pode ser analisada de forma isolada, mas deve ser compreendida dentro de um contexto mais amplo, que envolve aspectos políticos, sociais e institucionais.

Apesar dos desafios, é importante destacar que a inclusão de crianças com TEA na educação básica também abre espaço para inúmeras possibilidades. Experiências exitosas demonstram que, quando há compromisso institucional, planejamento pedagógico e trabalho colaborativo, é possível promover uma educação de qualidade para todos. Essas experiências evidenciam que a inclusão não beneficia apenas o aluno com deficiência, mas enriquece todo o ambiente escolar, promovendo valores como respeito, empatia e cooperação.

Outro aspecto relevante é o papel da família no processo de inclusão. A parceria entre escola e família é fundamental para que a criança venha conseguir rendimento, pois, permite a troca de informações e a construção de estratégias conjuntas. No caso do TEA, essa colaboração torna-se ainda mais importante, considerando as especificidades do transtorno e a necessidade de continuidade das intervenções em diferentes contextos.

Diante desse cenário, justifica-se a importância de estudos que investiguem as práticas educacionais inclusivas voltadas a crianças com TEA, especialmente no contexto da educação básica. E traz como problemática a seguinte questão: Como colaborar positivamente com os desafios enfrentados pelos professores e pelas instituições, bem como identificar estratégias que têm se mostrado eficazes para o avanço da inclusão no país?

Busca-se, por meio de uma abordagem crítica e reflexiva, contribuir para o debate sobre a inclusão, oferecendo subsídios teóricos e práticos que possam orientar a atuação de educadores e gestores.

Por fim, é importante ressaltar que a construção de uma educação inclusiva é um processo contínuo, que exige comprometimento, reflexão e disposição para a mudança. Mais do que cumprir uma exigência legal, trata-se de assumir um compromisso ético com a valorização da diversidade e com a garantia do direito à educação para todos. Nesse sentido,

discutir práticas educacionais inclusivas para crianças com TEA é, antes de tudo, discutir o futuro da educação e o tipo de sociedade que se deseja construir.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Construindo Ambientes Escolares Acessíveis

A construção de ambientes escolares acessíveis para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui um dos pilares fundamentais para a efetivação da educação inclusiva. Mais do que garantir o acesso físico à escola, a acessibilidade, nesse contexto, envolve a criação de condições pedagógicas, sociais e emocionais que favoreçam a participação plena do aluno no processo de ensino-aprendizagem.

O conceito de acessibilidade educacional vai além da eliminação de barreiras arquitetônicas, abrangendo também aspectos comunicacionais, atitudinais e metodológicos. No caso de alunos com TEA, essas dimensões tornam-se ainda mais relevantes, uma vez que os obstáculos diante da sociedade vão além da comunicação verbal, mas se estende em uma socialização que seja flexível e adaptativa ao ambiente escolar.

Nesse sentido, a organização do espaço físico da sala de aula deve ser cuidadosamente planejada. Ambientes previsíveis, estruturados e com estímulos controlados contribuem significativamente para o bem-estar dos alunos com TEA. O excesso de estímulos visuais e sonoros pode gerar desconforto e dificultar a concentração, sendo recomendável a utilização de cores neutras, iluminação adequada e disposição organizada dos materiais.

2.2 O Transtorno do Espectro Autista

Segundo DSM-5, “o TEA é uma condição do neurodesenvolvimento que afeta a forma como o indivíduo percebe o mundo, se comunica e se comporta.” “Os sintomas devem estar presentes desde o início do desenvolvimento e interferir significativamente nas atividades do dia a dia.” (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 50 à 59). De acordo com Schwartzman (2011, pg. 21), “não existe um autismo, mas sim espectros com manifestações variadas, o que exige intervenções personalizadas”.

A origem dos transtornos do TEA envolvem diversos fatores desde aos genéticos até a influência dos espaços. Pesquisas no campo da Neurociência indicam alterações no

desenvolvimento e do cérebro, principalmente em áreas relacionadas à linguagem, cognição social e processamento sensorial. No entanto, não há uma causa única definida, o que reforça a complexidade do transtorno.

No contexto educacional, crianças com TEA podem apresentar desafios significativos, sobretudo na interação com colegas, na compreensão de regras sociais implícitas e na adaptação a mudanças de rotina. Por outro lado, muitos indivíduos no espectro demonstram habilidades específicas, como memória detalhada, atenção a padrões e interesses aprofundados em determinados temas. Isso exige uma abordagem pedagógica flexível, centrada no aluno e baseada nos princípios da educação inclusiva.

Estratégias eficazes incluem o uso de recursos visuais, rotinas estruturadas, mediação social e adaptação curricular. A atuação de equipes multidisciplinares — envolvendo educadores, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais — é fundamental para promover o desenvolvimento global do estudante. Além disso, a parceria entre escola e família desempenha papel central na construção de práticas consistentes e no acompanhamento do progresso da criança.

2.3 Educação Inclusiva no Brasil

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), defende que todos os alunos têm direito à escolarização em classes comuns, com acesso ao currículo, estratégias pedagógicas apropriadas e apoio especializado. Segundo Mantoan (2006), “a escola inclusiva é aquela que reconhece as diferenças como parte da condição humana e valoriza a diversidade como fator de enriquecimento do processo educativo”.

A Educação Inclusiva no Brasil refere-se ao princípio de garantir que todos os estudantes com ou sem deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades tenham acesso, participação e aprendizagem no ensino regular, respeitando suas diferenças e necessidades. Não se trata apenas de inserir o aluno na escola, mas de transformar o sistema educacional para que ele seja capaz de acolher a diversidade de forma efetiva.

No cenário brasileiro, esse modelo ganha força a partir de marcos legais importantes. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, reforçando a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) consolida a educação especial como modalidade transversal, a ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino.

Um avanço significativo ocorre com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que reafirma o direito à educação inclusiva em todos os níveis, proibindo a exclusão do aluno por motivo de deficiência e exigindo adaptações razoáveis, acessibilidade e suporte adequado. Complementando esse cenário, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) orienta os sistemas de ensino a reorganizarem suas práticas, priorizando o atendimento educacional especializado (AEE) como suporte complementar, e não substitutivo, à escolarização.

Na prática, a educação inclusiva implica mudanças profundas. Exige formação continuada de professores, revisão de metodologias, flexibilização curricular e uso de recursos pedagógicos acessíveis. Estratégias como ensino colaborativo, uso de tecnologias assistivas e adaptação de avaliações, são fundamentais para garantir a aprendizagem de todos. Além disso, o ambiente escolar deve promover a convivência, o respeito às diferenças e o desenvolvimento socioemocional dos alunos.

Apesar dos avanços legais, o Brasil ainda enfrenta desafios relevantes. Muitas escolas carecem de infraestrutura adequada, profissionais especializados e apoio institucional. Há também dificuldades na implementação efetiva de políticas públicas, o que pode resultar em práticas ainda excludentes, como a segregação velada ou a falta de participação real dos alunos com deficiência nas atividades escolares.

Por outro lado, experiências exitosas mostram que a inclusão é possível quando há compromisso coletivo. Escolas que investem em cultura inclusiva tendem a apresentar melhores resultados não apenas para alunos com deficiência, mas para toda a comunidade escolar. Isso porque a diversidade enriquece o processo educativo, estimula a empatia e amplia as formas de aprender e ensinar.

2.4 Estratégias Pedagógicas para Crianças com TEA

Diversas estratégias são apontadas como eficazes para o trabalho pedagógico com crianças com TEA, como o uso de rotinas estruturadas, materiais visuais, reforço positivo e tecnologias assistivas. Segundo Silva e Souza (2019), 'a previsibilidade das atividades proporciona segurança e melhora no engajamento dos alunos com autismo'. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) também desempenha papel fundamental no apoio à aprendizagem, conforme destaca Mendes (2015).

O desenvolvimento de estratégias pedagógicas para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige uma abordagem intencional, estruturada e sensível às particularidades de cada aluno. Considerando que o TEA envolve desafios na comunicação, na interação social e na flexibilidade comportamental, o processo educativo precisa ser planejado de forma individualizada, com foco na promoção da autonomia, da participação e da aprendizagem significativa.

Um dos princípios centrais é a estruturação do ambiente. Crianças com TEA tendem a responder melhor a contextos previsíveis e organizados, nos quais há clareza de rotinas, regras e expectativas. Nesse sentido, o uso de agendas visuais, sinalização de espaços e sequências de atividades contribui para reduzir a ansiedade e aumentar o engajamento. Essa organização favorece a compreensão do tempo e das tarefas, aspectos frequentemente desafiadores para esses estudantes.

Outro eixo fundamental é o uso de recursos visuais e comunicação alternativa. Muitos alunos com TEA apresentam maior facilidade de processamento visual do que verbal. Estratégias como figuras, pictogramas e sistemas de comunicação estruturada — como o Picture Exchange Communication System (PECS), (Bondy, 2024) auxiliam no desenvolvimento da linguagem e na expressão de necessidades, reduzindo comportamentos de frustração.

A mediação social intencional também é indispensável. Crianças com TEA podem ter dificuldade em iniciar ou manter interações sociais, sendo necessário que o professor atue como facilitador dessas relações. Atividades em pequenos grupos, jogos cooperativos e intervenções guiadas ajudam a desenvolver habilidades sociais, como compartilhamento, turnos de fala e reconhecimento de emoções.

Além disso, destaca-se a importância da adaptação curricular. Isso não significa simplificar o conteúdo indiscriminadamente, mas ajustar estratégias, tempos, formas de avaliação e objetivos de aprendizagem conforme as necessidades do aluno. A flexibilização permite que a criança participe do mesmo currículo que os colegas, porém com caminhos diferenciados para alcançá-lo.

Entre as abordagens mais utilizadas, a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) se destaca por sua base científica e foco na aprendizagem por reforço positivo. Essa metodologia pode ser aplicada no contexto escolar para ensinar habilidades acadêmicas, sociais e de autonomia, sempre respeitando o ritmo da criança e evitando práticas mecanizadas ou descontextualizadas.

Outro aspecto relevante é o manejo de comportamentos desafiadores, que muitas vezes estão associados a dificuldades de comunicação ou sobrecarga sensorial. Nesses casos, é essencial identificar a função do comportamento (o que a criança está tentando comunicar) e oferecer alternativas mais adequadas de expressão. Estratégias preventivas, como antecipação de mudanças e adaptação do ambiente sensorial, costumam ser mais eficazes do que intervenções punitivas.

A atuação interdisciplinar fortalece o processo educativo. A colaboração entre professores, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais permite uma compreensão mais ampla das necessidades da criança e a construção de intervenções consistentes. Da mesma forma, o envolvimento da família é crucial para garantir continuidade entre os contextos escolar e doméstico.

1. METODOLOGIA

A pesquisa é um estudo qualitativo e bibliográfico com métodos de revisão totalitária, capazes de evidenciar e confrontar dados, os quais permitem sintetizar estudos anteriores e gerar uma nova compreensão sobre os desafios da inclusão de alunos com TEA. Traz palavras-chave para definir as abordagens principais como: TEA, Inclusão, Educação, Equidade e Políticas Públicas Educacionais.

Para garantir a relevância dos dados, a busca será delimitada por fontes confiáveis, em diversos bancos de dados, dando preferências a artigos e teses publicados nos últimos 12 anos. A leitura de resumos para identificar textos que tratam da relação entre a lei e a prática em sala de aula, bem como a filtragem de materiais que abordam especificamente o ensino fundamental e a colaboração escola-família, e a organização das principais ideias, desafios e oportunidades citados pelos autores selecionados. Os dados serão interpretados por meio da Análise de Conteúdo. Isso significa que as informações não serão apenas resumidas, mas confrontadas para identificar convergências e lacunas na formação dos professores.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados levantados apontam que, apesar dos avanços legislativos, ainda há grandes desafios para efetivar a inclusão de crianças com TEA. A maioria dos professores relata dificuldades em planejar aulas adaptadas, falta de apoio institucional e ausência de formação

específica. De acordo com Silva e Lima (2021, pg. 42), “a escassez de formação continuada impacta diretamente na qualidade da inclusão”. No entanto, iniciativas que envolvem formação docente, planejamento colaborativo e suporte multiprofissional têm demonstrado bons resultados. A integração da família no processo escolar é outro fator determinante, como enfatiza Oliveira (2022, pg. 10): “a participação da família potencializa o desenvolvimento e o bem-estar da criança com TEA”.

A discussão acerca das práticas educacionais inclusivas voltadas a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação básica exige um olhar crítico, que vá além da simples descrição de estratégias e alcance a análise das condições reais de implementação, seus limites e suas potencialidades. Embora o Brasil tenha avançado significativamente no campo legal e nas diretrizes educacionais inclusivas, a efetivação dessas políticas no cotidiano escolar ainda revela tensões, lacunas e contradições que precisam ser compreendidas e enfrentadas.

Um dos principais desafios observados refere-se à distância entre a legislação e a prática pedagógica. Documentos como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) estabelecem diretrizes claras quanto ao direito à educação inclusiva e à necessidade de adaptações no ensino regular. No entanto, a realidade de muitas escolas ainda é marcada por insuficiência de recursos, formação docente limitada e ausência de suporte especializado. Essa discrepância evidencia que a inclusão, apesar de garantida no plano normativo, ainda enfrenta barreiras estruturais para sua consolidação efetiva.

A formação de professores emerge como um ponto crítico nesse cenário. Muitos docentes relatam insegurança ao trabalhar com alunos com TEA, especialmente no que se refere ao manejo de comportamentos, adaptação de conteúdos e promoção da interação social. A formação inicial, em muitos casos, não contempla de maneira aprofundada as especificidades da educação inclusiva, e a formação continuada nem sempre é oferecida de forma sistemática ou contextualizada. Isso resulta em práticas muitas vezes intuitivas, baseadas na tentativa e erro, o que pode comprometer a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Outro aspecto relevante diz respeito à organização do ambiente escolar. A inclusão de crianças com TEA requer não apenas mudanças metodológicas, mas também adaptações físicas e sensoriais que favoreçam o bem-estar e a aprendizagem. Ambientes excessivamente estimulantes, com ruídos intensos ou pouca previsibilidade, podem gerar sobrecarga sensorial e dificultar a participação do aluno. Nesse sentido, práticas como a estruturação de rotinas, o

uso de recursos visuais e a organização do espaço físico mostram-se fundamentais, mas ainda são pouco exploradas em muitas instituições.

A análise das práticas pedagógicas revela também a importância da individualização do ensino. Considerando a heterogeneidade do espectro autista, estratégias padronizadas tendem a ser insuficientes. É necessário reconhecer que cada criança possui um perfil único de habilidades, interesses e necessidades, o que exige planejamento diferenciado e avaliação contínua. No entanto, a sobrecarga de trabalho dos professores e o número elevado de alunos por turma dificultam a implementação de práticas realmente individualizadas.

Apesar desses desafios, há possibilidades concretas de avanço. Experiências bem-sucedidas demonstram que a inclusão pode ser efetiva quando há compromisso institucional, formação adequada e trabalho colaborativo. A atuação de equipes multidisciplinares, por exemplo, contribui significativamente para o desenvolvimento de intervenções mais consistentes e integradas. A presença de profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais no ambiente escolar amplia a capacidade de resposta às demandas dos alunos com TEA.

Além disso, o uso de metodologias baseadas em evidências tem se mostrado promissor. Abordagens como a (ABA), quando adaptadas ao contexto escolar e aplicadas de forma ética, podem favorecer o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e sociais. No entanto, é importante destacar que nenhuma metodologia deve ser aplicada de forma rígida ou descontextualizada; ao contrário, é fundamental que o professor compreenda os princípios subjacentes e os adapte à realidade de sua sala de aula.

A tecnologia também se apresenta como uma aliada importante na educação inclusiva. Recursos digitais, aplicativos educacionais e ferramentas de comunicação alternativa podem ampliar as possibilidades de aprendizagem e participação de alunos com TEA. Contudo, o acesso a essas tecnologias ainda é desigual, especialmente em escolas públicas, o que limita seu potencial transformador.

Outro ponto que merece destaque é o papel da cultura escolar na promoção da inclusão. Mais do que adaptar práticas, é necessário construir uma cultura que valorize a diversidade e reconheça o direito de todos à aprendizagem. Isso implica combater preconceitos, promover a empatia entre os alunos e incentivar práticas colaborativas. A inclusão não deve ser vista como responsabilidade exclusiva do professor ou do aluno com deficiência, mas como um compromisso coletivo de toda a comunidade escolar.

A participação da família também se mostra essencial nesse processo. A parceria entre escola e família permite uma compreensão mais ampla das necessidades da criança e favorece a continuidade das estratégias adotadas. No entanto, essa relação nem sempre é fácil de estabelecer, seja por falta de comunicação, seja por expectativas divergentes. Investir em diálogo e construção conjunta de objetivos pode fortalecer esse vínculo e contribuir para melhores resultados educacionais.

É importante ainda problematizar a tendência de medicalização da educação, especialmente no caso do TEA. Em muitos contextos, há uma expectativa de que o diagnóstico ou o acompanhamento clínico sejam suficientes para garantir a inclusão, o que pode desresponsabilizar a escola de seu papel pedagógico. A inclusão escolar não pode depender exclusivamente de intervenções externas; ela deve ser construída no cotidiano da sala de aula, por meio de práticas pedagógicas intencionais e inclusivas.

Por fim, a discussão sobre práticas educacionais inclusivas para crianças com TEA aponta para a necessidade de uma transformação mais ampla no sistema educacional. Não se trata apenas de incluir o aluno, mas de repensar o próprio conceito de ensino, aprendizagem e avaliação. A inclusão desafia modelos tradicionais, centrados na homogeneidade, e convida à construção de uma escola mais flexível, democrática e sensível às diferenças.

Assim, apesar dos inúmeros desafios, as possibilidades são reais e já se manifestam em diversas experiências educativas. O caminho para uma educação inclusiva de qualidade passa pelo investimento em formação, infraestrutura, políticas públicas efetivas e, sobretudo, pela mudança de concepções sobre o papel da escola. Incluir crianças com TEA na educação básica não é apenas uma obrigação legal, mas uma oportunidade de construir práticas pedagógicas mais humanas, criativas e transformadoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar configura-se como um dos grandes desafios contemporâneos da educação brasileira, não apenas pela complexidade do transtorno, mas também pelas exigências de transformação estrutural que impõe às instituições de ensino. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que, embora o Brasil possua um arcabouço legal robusto como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), (Brasil, 2015), ainda há um hiato significativo entre o que está previsto na legislação e o que, de fato, se concretiza no cotidiano das escolas. Esse

distanciamento revela que a inclusão, mais do que uma diretriz normativa, é um processo em construção, que depende de mudanças profundas nas práticas pedagógicas, nas atitudes e na cultura institucional.

Nesse sentido, é fundamental compreender que a inclusão não se resume ao acesso físico do aluno com TEA à escola regular. Trata-se de garantir sua permanência com qualidade, participação ativa e aprendizagem significativa. Isso implica reconhecer o estudante como sujeito de direitos, com potencialidades e necessidades específicas, que devem ser consideradas no planejamento educacional. A escola inclusiva, portanto, não é aquela que apenas recebe, mas aquela que se reorganiza para ensinar a todos, respeitando os diferentes ritmos, estilos e formas de aprender.

Entre os desafios mais recorrentes identificados, destaca-se a formação docente. A ausência de preparo adequado, tanto na formação inicial quanto na continuada, limita a atuação dos professores frente às demandas da inclusão. Muitos profissionais ainda se sentem inseguros diante de situações que envolvem alunos com TEA, especialmente no que se refere à adaptação curricular, ao manejo de comportamentos e à promoção da interação social. Esse cenário evidencia a necessidade urgente de políticas públicas que invistam de forma consistente na qualificação dos educadores, oferecendo não apenas conteúdos teóricos, mas também suporte prático e acompanhamento contínuo.

Além disso, a escassez de recursos pedagógicos acessíveis e de apoio especializado constitui uma barreira significativa. A ausência de profissionais de apoio, como mediadores, psicopedagogos e terapeutas, compromete a efetividade das práticas inclusivas e sobrecarrega o professor regente. Nesse contexto, torna-se evidente que a inclusão não pode ser responsabilidade isolada de um único profissional, mas deve ser assumida como um compromisso coletivo, que envolva toda a comunidade escolar, bem como gestores e formuladores de políticas educacionais.

Por outro lado, é importante ressaltar que, apesar das dificuldades, há experiências exitosas que demonstram a viabilidade da inclusão. Escolas que investem em planejamento colaborativo utilizam estratégias pedagógicas diversificadas e mantêm diálogo constante com as famílias tendem a alcançar resultados mais positivos. Essas práticas evidenciam que a inclusão é possível quando há intencionalidade pedagógica, compromisso institucional e abertura para a inovação.

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de romper com concepções tradicionais de ensino, baseadas na homogeneidade e na padronização. A educação inclusiva

propõe uma mudança de paradigma, na qual a diversidade é reconhecida como elemento constitutivo do processo educativo. Nesse sentido, o aluno com TEA deixa de ser visto como um problema a ser resolvido e passa a ser compreendido como parte integrante da riqueza humana presente na escola. Essa mudança de olhar é essencial para a construção de práticas mais humanas, empáticas e eficazes.

A participação da família também se configura como um elemento central nesse processo. Quando escola e família estabelecem uma relação de parceria, baseada no diálogo e na confiança cria-se um ambiente mais favorável ao desenvolvimento da criança. A troca de informações, o alinhamento de estratégias e o apoio mútuo contribuem significativamente para a superação de desafios e para a construção de trajetórias educacionais mais consistentes.

Ademais, é imprescindível considerar o papel das políticas públicas na consolidação da educação inclusiva. Não basta a existência de leis; é necessário que haja fiscalização, investimento e acompanhamento de sua implementação. A garantia de recursos financeiros, a ampliação de programas de formação docente e a oferta de suporte técnico às escolas são medidas fundamentais para que a inclusão deixe de ser um ideal e se torne uma realidade concreta.

Outro ponto que merece destaque é a importância da sensibilização e da formação da comunidade escolar como um todo. A inclusão não se efetiva apenas por meio de adaptações curriculares, mas também pela construção de relações baseadas no respeito e na valorização das diferenças. Promover uma cultura inclusiva significa combater preconceitos, estimular a empatia e criar espaços de convivência que favoreçam a interação entre todos os alunos.

Além disso, é necessário refletir sobre a avaliação no contexto da educação inclusiva. Modelos avaliativos tradicionais, centrados na padronização e na comparação, tendem a excluir aqueles que não se enquadram nos critérios estabelecidos. Assim, torna-se fundamental adotar práticas avaliativas mais flexíveis, que considerem o progresso individual do aluno e valorizem diferentes formas de expressão do conhecimento.

Por fim, cabe destacar que a inclusão de crianças com TEA na educação básica não é apenas uma exigência legal, mas um compromisso ético com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao promover a inclusão, a escola contribui não apenas para o desenvolvimento do aluno com deficiência, mas também para a formação de cidadãos mais conscientes, tolerantes e preparados para conviver com a diversidade.

Dessa forma, conclui-se que, embora os desafios sejam numerosos, as possibilidades de avanço são igualmente significativas. A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva

depende da articulação entre políticas públicas eficazes, formação docente de qualidade, práticas pedagógicas inovadoras e uma cultura escolar comprometida com a equidade. Somente assim será possível garantir que todas as crianças, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação que respeite suas singularidades e potencialize suas capacidades.

Em síntese, a inclusão de crianças com TEA na educação básica representa não apenas um desafio educacional, mas uma oportunidade de ressignificar o papel da escola e de construir um modelo de ensino mais justo, democrático e humano. Trata-se de um caminho que exige esforço coletivo, mas que, ao ser percorrido, contribui para a formação de uma sociedade mais inclusiva e solidária.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em 30 de abril 2026

BONDY, A.; FROST, L. **PECS Training Manual: Picture Exchange Communication System**. Newark, DE: Pyramid Educational Consultants, 2024

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.
OLIVEIRA, T. C. Participação da família no processo educativo de crianças com autismo. **Revista Educação e Diversidade**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 89-105, 2022.

OLIVEIRA, T. C. **Participação da família no processo educativo de crianças com autismo**. *Revista Educação e Diversidade*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 89-105, 2022.

SCHWARTZMAN, J. S. *Autismo e desenvolvimento*. São Paulo: Memnon, 2011.

SILVA, J. F.; LIMA, C. A. **Formação de professores e inclusão de alunos com TEA: um estudo de caso**. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 43, p. 33-50, 2021.

SILVA, D. A.; SOUZA, P. C. **Estratégias visuais para alunos com autismo: uma proposta de intervenção**. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 32, n. 1, p. 77-95, 2019.